

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS, EDUCACIONAIS E IDEOLÓGICOS

Veralúcia Pereira da Silva Nascimento¹

José de Sousa Campos Júnior²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os paradigmas ideológicos e educacionais no que se refere ao período colonial brasileiro, mais especificamente entre 1549 a 1821, destacando a influência dos contextos político, social, cultural e religioso que fizeram parte dessa fase. Nessa perspectiva, a metodologia aplicada foi norteadada pela pesquisa de revisão bibliográfica, com a coleta de dados na internet, livros e artigos de revistas especializadas. Como resultados apresentados, evidenciou-se que, no contexto da educação jesuítica, com a implementação do modelo educacional *Ratio Studiorum* e com a criação de escolas elementares, cujo ensino era mais pautado na religião católica, focalizando a aprendizagem da leitura, da escrita e aritmética, ocorreu um certo desprezo em relação ao aprendizado dos indígenas, negros e pessoas pobres; a educação pombalina, com a inserção das aulas régias, procurava priorizar a ideologia do Estado Português; e, por fim, no período joanino, quando a educação teve inúmeras realizações, houve a criação dos cursos de medicina, de cursos profissionalizantes, a construção de museus, da Biblioteca Pública, do Jardim Botânico e da imprensa Régia. Constatou-se, com isso, que a educação colonial se direcionava à ideologia do cristianismo e da coroa portuguesa, não garantindo, como deveria, o aprendizado das classes menos favorecidas e satisfazendo, assim, as elites privilegiadas.

Palavras-chave: Educação Colonial Jesuítica, Pombalina e Joanina. Práticas pedagógicas. História Educacional. Ideologia.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the ideological and educational paradigms of the Brazilian colonial period, specifically between 1549 and 1821, highlighting the influence of the political, social, cultural and religious contexts that formed part of this phase. From this perspective, the methodology applied was guided by a bibliographical review, with data collected from the internet, books and articles from specialized magazines. The results showed that, in the context of Jesuit education, with the implementation of the *Ratio Studiorum* educational model and the creation of elementary schools, whose teaching was more based on the Catholic religion, focusing on learning to read, write and do arithmetic, there was a certain disregard for the learning of indigenous people, blacks and the poor; Pombaline education, with the insertion of royal classes, sought to prioritize the ideology of the Portuguese state; and finally, in the Joanne period, when education had numerous achievements, there was the creation of medical courses, vocational courses, the construction of museums, the Public

¹Graduada em História pelo Grupo Educacional UNINTER, Mestrado pela Faculdade FUNNIBER.

²Doutorado em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Library, the Botanical Garden and the Royal Press. As a result, colonial education was geared towards the ideology of Christianity and the Portuguese crown, and did not guarantee the learning of the less privileged classes as it should have, thus satisfying the privileged elites.

Keywords: Jesuit, Pombaline and Joanine colonial education. Pedagogical practices. Educational history. Ideology.

1. INTRODUÇÃO

A educação colonial do Brasil, no período jesuítico, de 1549 a 1759, teve os jesuítas como os únicos educadores do Brasil por 210 anos, sendo uma educação direcionada às práticas dos valores religiosos, com a implantação das escolas elementares. Além disso, é crucial considerar o contexto de colonização e catequização dos povos nativos, que influenciou diretamente a forma como a educação era concebida e praticada pelos jesuítas. A conjuntura da época, marcada pela exploração colonial e a necessidade de formar mão de obra qualificada, também teve impacto na estrutura e nos objetivos do sistema educacional da época.

A educação pombalina, de 1759 a 1807, refere-se ao período em que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, exerceu o cargo de Primeiro-Ministro português, implantando, no Brasil, um ensino educacional voltado às aulas régias, e a educação joanina, iniciada em 1808, quando a Corte portuguesa e D. João VI chegaram à então capital do Império, o Rio de Janeiro, estendendo-se até 1821. Nesse período ocorreu a implementação de escolas profissionalizantes, cursos de medicina e escolas da Marinha. Tal cenário, na educação do período colonial, expressa a prevalência dos interesses da Igreja Católica e da Coroa Portuguesa e não da maioria da população brasileira, constituída por pessoas pobres, indígenas e negros escravizados.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os paradigmas ideológicos e educacionais no que se refere ao período colonial brasileiro, mais especificamente entre 1549 a 1821, destacando a influência dos contextos político, social, cultural e religioso que fizeram parte dessa fase. Assim, os objetivos específicos delimitados para este trabalho são os seguintes: 1º) abordar as questões em torno do poder econômico dos colonizadores, mostrando a razão da vinda dos Jesuítas para o Brasil, em 1549, para a inserção de uma proposta educacional vinda de Portugal; 2º) descrever e analisar práticas pedagógicas, costumes, valores e ideologias, bem

como refletir acerca da metodologia aplicada no âmbito da educação jesuítica; e 3º) refletir sobre as ações e reformas educativas nos períodos Pombalino e Joanino.

É válido ressaltar que os temas aqui refletidos são de fundamental importância para a compreensão da história educacional nacional, a princípio, por possibilitar uma fonte de pesquisa acerca dos acontecimentos no âmbito da educação brasileira no período supracitado. Além disso, também propicia uma reflexão sobre os modelos educacionais implementados no período analisado, apresentando, para tanto, alguns dos grandes vultos envolvidos direta e indiretamente na consolidação desses modelos e expondo os desafios enfrentados pelos educadores, isto é, os padres da companhia de Jesus.

Esta pesquisa constitui-se de um caráter bibliográfico, optando-se pela forma exploratória para explanação de fatos históricos no âmbito educativo do período colonial do país. Nesta perspectiva, na composição do referencial teórico foram destacados os seguintes autores: Azevedo (1976); Paiva (2012); Seco e Amaral (2006), Saviani (2007, 2013); Toyshima e Costa (2012), dentre outros de suma importância para a discussão das questões aqui propostas.

2. EDUCAÇÃO JESUÍTICA: O PODERIO ECONÔMICO DOS COLONIZADORES E O *RATIO STUDIORUM*, MODELO EDUCACIONAL IMPLANTADO NO BRASIL

A chegada dos colonizadores e dos jesuítas ao Brasil, em 1530, destaca o poderio de Portugal durante a Idade Moderna, contexto que impulsionou as grandes navegações e a expansão colonial. Desse modo, o Estado português aliou saber e poder, fé e império, no projeto de civilização imposto à colônia, visto que tanto o poder político, quanto a ideologia cristã perfizeram uma única ordem que era o projeto colonial. Assim, a Companhia de Jesus, submetida ao projeto do Estado lusitano, possuía seus próprios projetos e, objetivando a concretização, adequou-se às necessidades desse novo contexto, direcionado à evangelização que satisfazia ao modelo econômico mercantil da época.

Vale ressaltar que o Projeto Educacional Jesuítico não era somente um projeto de catequização, e sim um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, uma vez que tinha como finalidade propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira, conforme defende Teixeira Soares (1961, p.142) ao explicitar que a Companhia de Jesus surgiu como "uma explosão de pensamento religioso transvertido ao campo das atividades

práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidades sociais e religiosas, foi a ação da Ordem."

Nessa perspectiva, Portugal, seguindo o caminho político, transplantou o "Estado português" para a colônia, devidamente adaptado e afinado aos interesses da classe dominante. Assim, essas práticas "possibilitam a criação de um 'estado no Brasil', política e juridicamente integrado aos domínios da monarquia portuguesa e, por isso, ao sistema político vigente na Europa" (Wehling, 2004, p. 48). Dessa forma, observa-se que a incorporação do Brasil ao mundo moderno acontece com a devida triagem, tanto economicamente, quanto politicamente.

Cabe o registro de que a ação dos portugueses no Brasil foi restrita, inicialmente, à extração do pau-brasil e a algumas expedições exploratórias. A partir de 1530, iniciou-se a colonização, com a implantação do sistema de capitanias hereditárias, começando com a monocultura da cana-de-açúcar. A colonização do Brasil foi pensada e realizada em função da produção para o enriquecimento da coroa e do estabelecimento mercantil dominante. O lucro que se visava, só podia ser obtido por meio da grande produção concentrada em poucas mãos e realizada a custos baixos. Não existia lugar para muitos, eram os senhores e os outros. Surgem, assim, as principais características da estrutura econômica colonial, o latifúndio, a escravatura, a monocultura e a sociedade patriarcal centrada no poder do senhor de engenho. De acordo com Ribeiro (1995), o grande lucro da produção açucareira não fica com os senhores de engenho, e sim com os comerciantes, na metrópole, caracterizando uma economia de modelo agrário exportador dependente.

A chegada dos Jesuítas ao Brasil aconteceu em 1530, porém, somente em 1549, com a implantação do primeiro governador-geral, o português Tomé de Sousa, ocorreu efetivamente a acentuação maior em termos educacionais. Assim, junto com os padres jesuítas, vieram também os primeiros mestres leigos, que formaram as primeiras escolas elementares no Brasil colonial. As escolas elementares, fundadas pelos Jesuítas, dedicavam-se, inicialmente, "à catequização e à conversão do gentio à fé católica, mas com o passar dos anos começaram a se dedicar, também, ao ensino dos filhos dos colonos e demais membros da Colônia" (Shigunov Neto; Maciel, 2008, p. 182). As aulas eram ministradas de forma coletiva e se concentravam em ensinar a ler, escrever, contar e a doutrina cristã, tendo como referência os livros e manuais didáticos trazidos pelos Jesuítas.

É preciso também enfatizar que a criação do Governo Geral, nasceu da necessidade da implementação de um regime que consolidasse o processo de colonização. A respeito dessa afirmação, vale destacar a citação abaixo:

diante das dificuldades encontradas com o regime de capitanias hereditárias, é criado o Governo Geral. Este é o primeiro representante do poder público na colônia, que tinha como obrigação não substituir, e sim apoiar as capitanias, a fim de que o processo de colonização conseguisse um desenvolvimento normal. (Ribeiro, 1995, p. 19).

Conforme aponta Saviani (2013), com a chegada ao Brasil do primeiro governador geral, veio com ele os primeiros padres jesuítas, formado por quatro padres e dois irmãos, todos sendo chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega. Dessa forma, a missão era voltada à instrução e conversão dos indígenas à fé católica.

Para Rosário e Silva (2017), no período em que os jesuítas estiveram no Brasil, eles tiveram papel significativo tanto na educação quanto na catequese dos indígenas e dos colonos, além da organização burocrática da nascente sociedade brasileira. Assim, em meio a outros acontecimentos, em 1550, os missionários colocaram em funcionamento, na Bahia e em São Vicente, duas escolas de ler e escrever, com meninos órfãos, visando, sobretudo, a formação de sacerdotes que pudessem se somar aos jesuítas em seu trabalho catequético.

Ainda de acordo com Rosário e Silva (2017), sob o comando do padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas e suas obras se propagaram pelo país, em regiões como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em 1570, já possuíam oito estabelecimentos de ensino, cinco escolas de nível elementar e três colégios de nível médio. Desse modo, obedeciam às seguintes coordenadas: as escolas e colégios jesuítas, subsidiados pelo Estado português, tinham como obrigatoriedade a formação gratuita dos sacerdotes para a catequese, além de instruir os indígenas, mamelucos e os filhos dos colonos brancos.

É preciso, no eixo dessa abordagem, destacar que o *Ratio Studiorum*, modelo adotado no Brasil, foi adaptado para atender às necessidades educacionais da Colônia. O *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesus*, denominado de *Ratio Studiorum*, foi o método de ensino que estabelecia o currículo, além da orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido na época (Borges e Sambugari, 2019, p. 6). Foi instituído por Inácio de Loyola, objetivando direcionar todas as ações educacionais dos padres jesuítas em suas atividades educacionais, não só na colônia, mas também na metrópole, isto é, em qualquer local onde os

jesuítas desempenhassem suas atividades. O *Ratio Studiorum* não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas (Borges e Sambugari, 2019, p. 6). Dessa forma, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas.

De acordo com Saviani (2013), a educação colonial no Brasil foi constituída por etapas diferentes, a primeira foi marcada por Manoel de Nóbrega e possui as seguintes características:

o plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da colônia. Contudo, sua aplicação foi precária, tendo cedo encontrado oposição no interior da própria Ordem jesuítica, sendo finalmente suplantado pelo plano geral de estudos organizado pela Companhia de Jesus e consubstanciado no *Ratio Studiorum* (Saviani, 2013, p. 43).

Por conseguinte, a segunda etapa, de 1570 até 1759, foi caracterizada pela organização e consolidação da organização jesuítica, centrada no *Ratio Studiorum*. Entretanto, é preciso enfatizar que o Plano do *Ratio Studiorum* era elitista, destinando-se aos filhos dos colonos, não sendo permitindo, assim, aos indígenas e negros, e deveria ser adotado por todos os jesuítas independente do lugar onde estivessem. Tal plano tinha início com o curso de humanidades e continuava com os cursos de filosofia e teologia, posteriormente os filhos da elite iam para Europa (Borges e Sambugari, 2019).

Acerca de tal método educacional, Toyshima e Costa (2012) afirmam que o *Ratio* preconizava a formação intelectual clássica estritamente vinculada à formação moral, norteadas tanto pelas virtudes religiosas quanto pelos bons costumes e hábitos saudáveis da sociedade, expondo, em detalhes, as modalidades curriculares das instituições escolares; o acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem e a promoção dos alunos; bem como condutas e posturas respeitadas desde os que conduziam (professores) até os que aprendiam (alunos). Ainda conforme os autores, o *Ratio Studiorum* aplicava um manual com 467 regras, que cobria todas as atividades dos agentes envolvidos ao ensino; iniciava pelas regras do provincial, depois do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral, de cada

matéria de ensino; incluindo ainda as regras da prova escrita, além da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e, finalmente, as regras das diversas academias.

Miranda (2009), de outra forma, acrescenta que a combinação da língua e da literatura, da poesia, da história, da retórica e da lógica, com os estudos de matemática, geografia, filosofia e ciências naturais, era, desse modo, para os humanistas e jesuítas, não só direcionados ao desenvolvimento intelectual, como também para o desenvolvimento moral, qualidade tais que possibilitavam o indivíduo agir para o bem comum, como explicitado no trecho abaixo:

a pedagogia do *Ratio* pretende que o educando, a partir da sua liberdade, desenvolva ao máximo, de modo harmônico e segundo uma hierarquia de valores, as suas disposições espirituais e as suas faculdades mentais, volitivas e afetivas, de acordo com a sua verdadeira natureza e destino. (Miranda, 2009, p. 41).

Infere-se, a partir dos argumentos apresentados acerca do *Ratio Studiorum*, que ele se pautava na combinação dos estudos humanísticos com os estudos científicos, visto que o propósito era formar homens que soubessem pensar e escrever, porque a formação ideal é possibilitadora do desenvolvimento das capacidades para o exercício da virtude. Logo, na pedagogia jesuítica devem ser levados em conta também os processos estritamente religiosos, os quais utilizavam o ensino para a promoção da verdadeira religião, já que o ideal da Companhia era proporcionar a realização plena da natureza humana, usando, para tanto, o evangelho de Jesus Cristo. Em razão desses objetivos, tais religiosos preocupavam-se, sobretudo, com a formação de homens de caráter predominantemente católicos, que fossem úteis à sociedade e com capacidade de atender a Deus.

Evidencia-se, assim, a finalidade do Estado português em explorar economicamente a terra conquistada, implantando, em contrapartida, uma educação jesuítica que correspondia aos interesses da coroa portuguesa. Nota-se a influência na educação colonial dos padres jesuítas, sendo que, a educação, desse período, revela características sociais, ideológicas, religiosas, com métodos e práticas pedagógicas que, com o *Ratio Studiorum*, expõem o predomínio dos colonizadores, que não tinham interesse na educação de grande parcela populacional do país, a saber, os indígenas, negros escravizados e os filhos dos pobres.

2.1 Educação Jesuítica e o processo de ensino-aprendizagem no contexto das práticas pedagógicas: costumes, valores e ideologias

No contexto dos costumes, valores e ideologias e suas influências diretas nas ações educacionais praticadas, embora sejam observados aspectos relevantes, há algumas posturas não aprováveis, realizadas em torno da educação jesuítica no Brasil colonial. De acordo com Azevedo (1976), a atuação jesuítica na colônia brasileira pode ser percebida no contexto de duas etapas diferentes: a primeira etapa - considerando-se o primeiro século de atuação dos padres jesuítas – foi caracterizada pela adaptação e construção de seu trabalho de catequese e conversão do índio aos costumes dos brancos; e a segunda etapa, ou seja, o segundo século de atuação dos jesuítas, voltou-se ao desenvolvimento e extensão do sistema educacional implantado no primeiro período.

Percebe-se que, desde o seu surgimento, o ensino dos jesuítas não se preocupava realmente com os povos que aqui habitavam, a prioridade era atender à coroa portuguesa, não respeitando o processo no qual os indígenas viviam. Ademais, as escolas que foram sendo implantadas, durante o período jesuítico, não tinham registro de negros e pobres frequentando esses espaços (Borges e Sambugari, 2019).

Assim, a educação jesuíta visava atender apenas aos interesses das camadas mais altas da população. Para os indígenas, o ensino era voltado para fé católica, para os negros, não viam a necessidade de uma educação formal, visto que eram a mão de obra de um trabalho escravo, que atendia aos colonos, já para as mulheres, não existia nem a preocupação, visto que deveriam se preocupar somente com os serviços domésticos (Borges e Sambugari, 2019).

Um dos pontos controversos é, realmente, o apoio e a prática de escravização indígena nas fazendas da Companhia de Jesus, que muitas vezes estava atrelada à educação desses povos. Vale reafirmar que, no contexto do início do Brasil colonial, a Coroa Portuguesa – vinculada ao sistema mercantilista – com os seus interesses direcionados à produção de riquezas, precisava de meios e homens para a execução de seus ideais de exploração, visando à expansão colonial. Nesse momento “[...] se ampliava as responsabilidades atribuídas à Companhia de Jesus, visto que a ela cabia a significativa responsabilidade da aculturação sistemática dos nativos pela fé católica, pela catequese e pela instrução” (Rocha, 2010, p. 33). Dessa forma, a domesticação dos indígenas, com o sistema de escravidão local, por meio da atuação educacional dos jesuítas, possibilitou a ampliação das fronteiras da Coroa Portuguesa, produzindo mão de obra necessária naquelas localidades.

Os jesuítas deixaram um legado de colégios organizados em rede, bem como um método pedagógico e um currículo comum. Contudo, o processo de colonização atuou como uma ferramenta de imposição cultural aos nativos, exercendo o domínio sobre eles por meio da Companhia de Jesus, e a educação brasileira, desenvolvida para atender as necessidades da sociedade e educar a elite, também foi responsável pela imposição da cultura europeia, disseminando pelos colégios e igrejas (Almeida, 2014).

Nesse sentido, com a rigidez do sistema educativo jesuíta e a imposição de valores europeus, não levaram em consideração as especificidades da cultura local. A esse respeito, segundo Conceição (2017), pode-se afirmar que ao chegarem ao Brasil, em 1549, os padres jesuítas implementaram as bases da catequização, sendo criados, dessa forma, as primeiras casas de bô-á-bá, iniciando-se a educação colonial em seu sentido restrito, com a existência de suas escolas de ler, escrever e contar e, depois, em colégios de Salvador. Vale destacar, porém, que

estas casas, ou residências ou ainda recolhimentos, recebiam os meninos índios para serem catequizados e instruídos e se destinavam também a abrigar os padres aqui na colônia, bem como os órfãos vindos de Portugal e os da terra, a fim de lhes dar assistência e formação religiosa. [...] A vinda de órfãos de Portugal contribuiu grandemente como um motivador a mais para a já necessária construção de casas (residências ou recolhimento) e representou um reforço na conversão dos índios, uma vez que os jesuítas utilizaram como estratégia de catequese e instrução os órfãos para atrair os meninos índios. (Menardi, 2010, p. 159).

Nessa acepção, verifica-se o processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários, bem como missões espalhadas pelo Brasil. Assim, organizaram o sistema educativo, concebendo-se a educação como ferramenta de domínio religioso e difusão da cultura europeia nas terras indígenas (Conceição, 2017). Desse modo, “foram se infiltrando aos poucos nas aldeias, levando os fundamentos de uma educação religiosa dedicada à propagação da fé e do trabalho educativo” (Azevedo, 1976, p. 10).

Direcionavam-se, com isso, à instrução dos nativos, principalmente, os jovens e crianças, por compreenderem que eles eram mais suscetíveis aos valores cristãos a serem ensinados. Impunham, assim, a língua, valores e costumes europeus. A instrução, desse modo, era feita por meio do estudo da leitura, da apresentação e da interpretação da palavra divina, já que se passaria a compreender melhor o mundo supostamente desconhecido pelos nativos. Diante disso, os jesuítas notaram que seria possível converter os indígenas à fé católica se eles

soubessem ler e escrever, ou seja, os nativos, nessa concepção, poderiam, verdadeiramente, ser inseridos ao mundo cristão (Azevedo, 1976).

Segundo Aranha (1996), os padres ridicularizavam os pajés e seus ensinamentos e repugnavam a poligamia, abalando o sistema comunal dos nativos. Tal ação, ainda de acordo com Aranha (1996), ajudou para a ocorrência de um choque entre os valores pregados pela cultura autóctone e a do colonizador. Assim, as ações missionárias tinham o propósito de destruir a cultura dos povos indígenas e fazer prevalecer a vida do branco europeu cristão, moldando segundo a civilização ocidental cristã, mais especificamente a cultura portuguesa. No entanto, os jesuítas eram contra a exploração dos indígenas, porque quando esses eram escravizados morriam de fome e doenças. Sendo assim, os castigos violentos sofridos pelos nativos também eram um dos motivos que desagradavam aos jesuítas, que estavam tentando arrebatar novos fiéis, uma vez que a Igreja Católica estava perdendo fiéis para os protestantes.

Os pressupostos registrados com referência ao trabalho educativo dos religiosos da Companhia de Jesus eram sustentados por meio da hierarquia, do processo de aculturação e da organização educativa, forjando, assim, uma relação amparada na autoridade de quem detinha um determinado conhecimento e na valorização da tradição como instrumento de manutenção da ordem, como era concebida pela Igreja. E não poderia ser diferente, uma vez que, como afirma Paiva (2012, p. 137), "no século XVI, o pensar era fundamentalmente religioso".

Assim, diante da pouca importância em termos de ensino-aprendizagem dada aos indígenas, negros escravizados e pessoas pobres, nota-se o privilégio voltado às elites coloniais, principalmente aos filhos dos senhores de engenho. Isso influenciou a adoção de práticas pedagógicas que proporcionassem mudanças nos costumes, valores e ideologias dos povos excluídos, práticas baseadas na cultura europeia, no caso, na educação e cultura portuguesa.

2.2 Educação Pombalina e Joanina no âmbito das ações e reformas educativas no Brasil colonial

O período entre 1759 e 1807 é conhecido como educação pombalina, tendo à frente das ações Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que foi nomeado como primeiro-ministro por D. José I. Pombal voltou-se, dentre outras realizações, para a recuperação da economia por meio de uma concentração do poder real e da modernização da cultura

portuguesa, dando reforço ao Pacto Colonial, começando, com isso, a intentar também para as reformas no contexto educacional.

Dessa forma, a educação colonial, com o Marquês de Pombal, direcionou-se a mudanças no âmbito da organização dos processos educacionais. A aludida educação, apesar de todas as estruturas, organização e regras pedagógicas e administrativas, que foram consolidadas com a educação jesuítica, não recebeu aprovação do Marquês de Pombal, já que as escolas da Companhia de Jesus atendiam mais aos interesses da fé, e Pombal tinha preocupações com o atendimento dos interesses do Estado. A discordância em questão destes objetivos motivou a expulsão dos jesuítas das terras brasileiras, em 1759.

Ademais, outras causas contribuíram para a expulsão dos jesuítas: eles desobedeciam e/ou não respeitavam o Tratado dos Limites entre Portugal e Espanha, havendo divergências com relação à forma, posse e domínio com que os jesuítas tomavam e mantinham os indígenas brasileiros. A forma com era realizado tal tratamento aos nativos deixava em dúvida a manutenção das regras da coroa e “Pombal acusava a atuação dos jesuítas com os indígenas do Brasil, pois, os homens brancos eram apresentados aos índios como maus, mais interessados no ouro do que em qualquer coisa e, mais grave, prontos para atrocidades” (Costa, 2011, p. 75).

No eixo dessa abordagem, a partir da expulsão dos jesuítas, a educação brasileira passou por uma ruptura histórica, quando o processo se encontrava implantado e consolidado como modelo educacional. A educação, assim, passou a ser administrada pelo Estado e não mais a cargo da Igreja Católica, direcionou-se ao público e ao caráter laico, com suas disciplinas submetidas ao poder real, não vinculada a sistemas específicos de ensino (Seco e Amaral, 2006). Nesse sentido,

Pombal defendia o desenvolvimento cultural do Império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitaristas; pelo “derramamento das luzes da razão” nos mais variados setores da vida portuguesa; mas voltaram-se especialmente para a educação que precisaria ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha, conforme entendiam, preso a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência (Saviani, 2013, p. 80).

O Estado, nesse sentido, começou a elaborar leis sobre o ensino, cobrar impostos e fazer estatísticas. Desse modo, de acordo com Seco e Amaral (2006), para que isso se concretizasse, precisava-se ter uma nobreza e uma burguesia mais intelectualizadas, para incentivar o

desenvolvimento cultural, artístico e científico, também com profissionais capacitados para poder assumir os cargos públicos.

Pombal realizou uma profunda reforma educacional, pelo menos em termos formais. Assim, a metodologia eclesiástica dos jesuítas foi substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica, conforme explicitado a seguir:

em lugar de um sistema único de ensino, a dualidade de escolas, umas leigas, outras confessionais, regidas todas, porém, pelos mesmos princípios; em lugar de um ensino puramente literário, clássico, o desenvolvimento do ensino científico que começa a fazer lentamente seus progressos ao lado da educação literária, preponderante em todas as escolas; em lugar da exclusividade de ensino de latim e do português, a penetração progressiva das línguas vivas e literaturas modernas (francesa e inglesa); e, afinal, a ramificação de tendências que, se não chegam a determinar a ruptura de unidade de pensamento, abrem o campo aos primeiros choques entre as ideias antigas, corporificadas no ensino jesuítico, e a nova corrente de pensamento pedagógico, influenciada pelas ideias dos enciclopedistas franceses, vitoriosos, depois de 1789, na obra escolar da Revolução. (Azevedo, 1976, p. 56-57).

Shigunov Neto (2015) expõe as medidas principais implementadas por meio do Alvará de 28 de junho de 1759, que geraram a destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, não só no Brasil, mas também em Portugal. Nessa perspectiva, algumas medidas essenciais são implantadas pelo Marquês de Pombal: as aulas de gramática latina, de grego e de retórica; a criação do cargo de ‘diretor de estudos’, pretendendo-se, assim, que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; bem como a introdução das aulas régias, que eram aulas isoladas, substituindo o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; finalmente, a realização de concurso para escolha de professores, com formação para ministrarem as aulas régias, incluindo também, de forma regular, as aulas de comércio.

Vale considerar que as aulas régias, em substituição ao ensino religioso, constituíram a primeira experiência de ensino ofertado pelo Estado na história brasileira. Dessa forma, a educação passou a ser uma questão do Estado, voltada, nessa época, a uns poucos filhos das elites coloniais. Com o mapeamento das aulas régias, denominados de estudos menores, foram criadas em toda a colônia dezessete aulas de ler e escrever, além quinze de gramática, seis de retórica, três de grego e três de filosofia. Totalizava, assim, quarenta e quatro aulas, com o restante da educação formal dado em escolas religiosas, seminários e aulas particulares (Aranha, 1996).

Segundo Azevedo (1976), as reformas de Pombal só teriam desarranjado a sólida estrutura da educação jesuítica, baseada num sistema mais ou menos unificado, para dar lugar ao ensino disperso e fragmentário das aulas avulsas ministradas por professores leigos e mal preparados. Para esse autor, a base da pedagogia dos jesuítas, depois da sua expulsão do Brasil, teria permanecido a mesma, uma vez que os padres missionários, além de terem cuidado da manutenção dos colégios destinados à formação de seus sacerdotes, criaram seminários para um clero secular, composto por ‘tios-padres’ e ‘capelães de engenho’. Estes se encarregaram de dar continuidade às práticas pedagógicas dos inacianos, mantendo sua ‘metodologia’ e programa de estudos, que deixavam de fora, além das ciências naturais, as línguas e literaturas modernas (Azevedo, 1976, p. 556).

Partindo-se dos argumentos registrados neste estudo, pode-se verificar que, pedagogicamente, essa nova organização não representou um progresso, mesmo com a inserção de novos métodos. Muito pouco somou, em termos de avanço educacional, o modelo educacional implementado com as propostas realizadas.

Entre 1808 e 1821, as mudanças ocorridas no contexto da educação são denominadas de período joanino. Deve-se ressaltar, a princípio, que tal etapa foi marcada pela vinda de D. João para o Brasil, que contou com o apoio da Inglaterra e aconteceu em virtude do Bloqueio Continental. Nesse sentido, a família real portuguesa chegou a terras brasileiras e se instalaram no Rio de Janeiro. Assim, deve ser registrado que, em outubro de 1807, D. João e o rei da Inglaterra, Jorge III, assinaram um decreto, transferindo a sede monárquica de Portugal para o Brasil.

Em 29 de novembro de 1807, devido à iminência da invasão do exército francês, D. João VI e sua corte deixaram Portugal, vindo para o Brasil. De acordo com Pinto (2018), a ameaça napoleônica não foi a única razão do êxodo da família real portuguesa para o Brasil. Segundo Santos (1999, p. 68), no final do século XVIII, a vinda da família real para o Brasil já era cogitada como estratégia de “salvar a Casa de Bragança e garantir a integridade e a dignidade do trono”. Martins (2008, p. 3-4), por sua vez, afirma que: “quando se abateu sobre Portugal o impacto das guerras napoleônicas o país já contava com uma considerável bagagem de planos e projetos referentes à transplantação da Corte e do estado”. Nesta perspectiva, este pesquisador faz o seguinte esclarecimento:

a migração da família real para o Brasil em 1808 trouxe alento aos brasileiros e anunciou a esperança de desenvolvimento cultural e reorganização do

colapsado sistema educacional da Colônia. A transferência da corte portuguesa para as terras brasileiras significou a transposição do núcleo administrativo de Portugal para o Brasil. O episódio determinou uma fase importante da história brasileira, sobretudo para a educação e a cultura. Com D. João VI no Brasil, a educação conheceu, em sua estrutura, novos quadros de formação acadêmica. (Costa, 2023, p. 7)

Apesar de o empreendimento e a obra de D. João VI terem se espalhado por outras regiões da Colônia, Martins (2008, p. 1) argumenta que “do ponto de vista geográfico, a historiografia tende a privilegiar o estudo dos impactos sobre a cidade do Rio de Janeiro, que, com a mudança, assumiu o papel de ‘Corte’, ou sede da Coroa”. Ao se tornar sede da Corte e centro político-administrativo do Império português, a cidade fluminense, que já era capital da colônia desde 1763, sofreu tamanhas e tão rápidas transformações, transformando-se em pouco tempo em um dos principais núcleos urbanos das Américas e um dos maiores centros comerciais do Atlântico Sul (Martins, 2008, p. 2).

Assim, o governo de D. João VI, a partir de 1808, trouxe mudanças profundas na administração e no setor cultural. Foram criadas instituições para dar sustentação à Corte. A criação da Imprensa Régia (1808), da Biblioteca Pública (1810), do Jardim Botânico do Rio (1810), do Museu Nacional (1818), são exemplos disso. No setor da imprensa, circulou o primeiro jornal (A Gazeta), a primeira revista (As Variações ou Ensaios de Literatura, em 1812) e, em 1813, a primeira revista carioca, O Patriota (Ribeiro, 1995, p. 40).

O conjunto da obra educativa foi formado por academias, Ensino profissional e outras ações. Boaventura (2005) destaca a implantação do curso de Agricultura, aula de Desenho e disciplina de Química, na Bahia. A cidade do Rio de Janeiro recebeu a maior atenção com as academias militares, cadeiras de Botânica, Matemática e Música. Uma de suas significativas iniciativas foi a missão científica francesa realizada pela Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil.

Prosseguiram as aulas régias de primeiras letras, de gramática latina e aulas maiores de matemática, que deram suporte cultural às atividades de ensino. Ao longo do período joanino, os progressos verificados na educação elementar foram tímidos. Dom João VI, com a criação de aulas régias, dos tempos do Marquês de Pombal, procurava atender à população, mas não conseguia satisfazer a demanda dos colonos. Nessa perspectiva, as aulas régias tiveram maior concentração nas cidades mais expressivas da Colônia, como Recife, Belém, Vila-Rica, São João Del Rei, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro (Costa, 2023).

Para Romanelli (1998), a educação que se firmou no Brasil, durante o governo de D. João, tinha forte conteúdo ideológico europeu e discriminativo no sentido de apenas formar quadros de profissionais relevantes para satisfazer as elites aristocráticas e a Corte, em detrimento das classes inferiores. Entretanto, tudo isso se acomodava no âmbito de uma estrutura educacional que pressupunha liberdade e autonomia nas ações voltadas para as questões educacionais, pelo menos esse era o discurso da época.

Com referência ao projeto de desenvolvimento concebido no período joanino, Boaventura (2009, p. 129), afirma que “a ação realizadora atingiu os setores da economia, da política, da agricultura, com destaque para o ensino”. Oliveira (2015), por sua vez, salienta que o projeto educativo joanino não alcançava todos os níveis de ensino nem a população como um todo, o que demonstra que “a política educacional implantada no Rio de Janeiro objetivou a adoção de medidas ‘civilizatórias’, as quais eram, em sua maioria, destinadas à parcela da população que se constituía de homens brancos e livres” (Oliveira, 2015, p. 158).

D. João VI, ao enfrentar as ruínas do antigo sistema colonial, focou-se na criação de escolas especializadas, as quais foram implementadas com o objetivo de atender rapidamente às necessidades do público da época. Logo, necessário se fazia, a princípio, prover a defesa militar da Colônia e formar, para tanto, oficiais e engenheiros civis e militares, dessa forma, duas escolas vieram atender a essa necessidade fundamental: criando-se, em 1808, a Academia da Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar. Médicos e cirurgiões eram necessários para o Exército e a Marinha, por isso, foram criados em 1808, na Bahia, o curso de cirurgia, instalado no Hospital Militar, e, no Rio de Janeiro, os cursos de anatomia e cirurgia, acrescentando, em 1809, o de medicina. Este último foi ampliado em 1813, constituindo-se, juntamente com os cursos da Bahia, nas origens do ensino médico no Brasil (Azevedo, 1976).

Por todos os aspectos apresentados, no período joanino evidencia-se que a educação e a cultura alcançaram avanços, mesmo se restringindo à Bahia e ao Rio de Janeiro. No entanto, D. João, nesse período, fez muitos investimentos, procurando atingir o público mais refinado no campo do saber, em detrimento da falta de um olhar mais direcionado às classes menos favorecidas da sociedade, no entanto, merece, em outra acepção, ser visto como um período de uma mobilização mais efetiva, tanto nas ações administrativas, quanto políticas, culturais e educacionais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se, a partir deste trabalho, que a educação colonial apresenta fases demarcadas, a princípio, pelo período jesuítico, quando predominou uma educação mais norteada pelos valores religiosos, sendo utilizado o método *Ratio Studiorum*, o que impulsionou a implementação das escolas elementares para atender ao ensino-aprendizagem da prática da leitura, da escrita, ensinar a contar e a falar o português. O *Ratio Studiorum*, nesse aspecto, era elitista, voltado aos filhos dos colonos, não sendo permitindo o acesso aos indígenas, negros e pessoas pobres. Tal método dava início com o curso de humanidades, continuando com os cursos de filosofia e teologia, posteriormente, os filhos da elite iam dar continuidade aos seus estudos na Europa.

Em seguida há o período pombalino, caracterizado por uma educação mais centrada nas aulas régias, tendo pouco avanço em termos pedagógicos. A educação implementada por Marquês de Pombal funcionava em meio a outros requisitos, com a inserção das aulas de gramática latina, de grego e de retórica, bem como a criação do cargo de diretor de estudos e a introdução das aulas régias, que eram aulas isoladas, substituindo o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas, incluindo também as aulas de comércio. As aulas régias substituíam o ensino religioso, significando a primeira experiência de ensino ofertado pelo Estado na história brasileira, voltado a poucos, aos filhos das elites coloniais.

A etapa denominada de educação joanina foi caracterizada por algumas realizações importantes, dentre outras, a implantação das escolas profissionalizantes, de academias, dos cursos de medicina, da implantação das escolas da Marinha, da construção de Museu, Jardim Botânico, Biblioteca Pública e a criação da Imprensa Régia. No entanto, ficou evidenciado que a educação do período colonial não atendia a grande maioria da população. Sendo assim, a educação implementada no Brasil, nesse período, tinha forte conteúdo ideológico europeu, discriminatório, visando apenas formar quadros de profissionais relevantes para satisfazer as elites aristocráticas e a Corte, em detrimento das classes inferiores. As aulas régias tiveram prosseguimento, porém, por possuir quantidade insuficiente, não atendiam à demanda dos colonos.

Considerando os aspectos apresentados, percebe-se que este estudo tem grande relevância ao abordar a História da Educação como uma disciplina que oferece uma visão ampla de eventos e acontecimentos. Ao traçar esse panorama, o estudo revela não apenas o

desenvolvimento educacional, mas também as direções ideológicas, evidenciando o pensamento político, socioeconômico, religioso e cultural do Brasil colonial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. R. A. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Revista Grifos**, v. 23, n. 36/37, p. 117-126, 2014.

ARANHA, M. L. de. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976. Parte 3: A transmissão da cultura.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A educação brasileira no período joanino**. In: BOAVENTURA, Edivaldo Machado. A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 129-141. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-08.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

BORGES, Dalete de Souza Salles; SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento. **A educação jesuítica e o método de ensino *Ratio Studiorum***. UFMS/CPAN. 2019. Disponível em https://cecpn.ufms.br/files/2019/12/C_33_.pdf. Acesso em 07 set. 2024.

CONCEIÇÃO, José Luís Monteiro da. **Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão**. 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/3/jesutas-na-educao-brasileira-dos-objetivos-e-mtodos-at-a-sua-expulso>. Acesso em 11 set 2024.

COSTA, Júlio Resende. A opulência do período joanino no Brasil e o legado da obra de D. João VI para a educação e a cultura brasileira (1808-1821). **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, Curitiba, v.16, n.43, p. 877-896, 2023. Disponível em <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/876/776>. Acesso em 11 set. 2024.

COSTA, Célio Juvenal. **O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus**. IN: MENEZES, S. L.; PEREIRA, L. A.; MENDES, C. M. M. (orgs). A expansão e consolidação da colonização portuguesa na América. Maringá: EDUEM, 2011.

MARTINS, Roberto Borges. **A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais**. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13, 2008, Diamantina, MG. Anais [...]. Diamantina:Cedeplar-UFMG, 2008, p. 1-18. Disponível em: https://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A146.pdf. Acesso em 11 set. 2024.

MENARDI, Ana Paula Seco. **A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítica – séculos XVI e XVII**. 2010. 289f. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MIRANDA, Margarida. **Código pedagógico dos jesuítas: *Ratio Studiorum*** da Companhia de Jesus. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.

OLIVEIRA, Anelise. A educação entendida como civilização: medidas instrutivas realizadas no Rio de Janeiro durante o período joanino (1808-1821). **Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Natal, RN, v. 1, n. 11, p. 157-169, fev./2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/6513/5202>. Acesso em: 11 set. 2024.

PAIVA, José Maria de. **Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII**. Maringá: Eduem, 2012.

PINTO, Carlos Eduardo Pinto de. A distância entre a cidade efêmera e a memória das pedras: arquitetura e hierarquia no Rio de Janeiro do Período Joanino. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, RJ, n. 19, p. 101-119, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/33640/25781>. Acesso em 11 set. 2024.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez, autores associados, 1995.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. **A educação pública antes da independência**. In: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 32-47, v. 1.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. 20ª edição.

ROSÁRIO, Maria José Aviz. SILVA, José Carlos da. **A Educação Jesuítica no Brasil Colônia**. UFPA/UFMS/UFSCAR, 2017.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **O paço da cidade: biografia de um monumento**. In: CAVALCANTI, Lauro (org.). Paço Imperial. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999, p. 52-119.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. 2006. Disponível em: http://histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro. Acesso em 08 set. 2024.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. **História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais**. São Paulo: Salta, 2015.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da UnB, 1961.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; COSTA, Célio Juvenal. ***O Ratio Studiorum e seus processos pedagógicos***. São Paulo, maio 2012. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_05/104.pdf. Acesso em 07 set. 2024.

WEHLING, Arno. **A incorporação do Brasil no mundo moderno**. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, Vol I: séculos XVI –XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 45-55.